

17 FEV 1995

RUBEM AZEVEDO LIMA

O engajamento de Sarney

O pronunciamento que o ex-presidente da República, senador José Sarney, presidente do Senado, fez ao abrir a 50ª Legislatura, mereceu elogios da imprensa, em vários aspectos de seu conteúdo; como no caso da defesa do Congresso e de sua preocupação em moralizá-lo e dinamizá-lo. Sarney reafirmou suas convicções liberais dos tempos da Bossa-Nova, facção progressista da antiga UDN, cujos integrantes — ele e vários correligionários — eram julgados de esquerda por defenderem o monopólio da Petrobrás e da Eletrobrás ou exigirem as reformas urbana e agrária no país. Naqueles tempos, era esse o significado de liberal.

Sarney resolveu rememorar as investidas do autoritarismo brasileiro contra o Congresso, desde Pedro I, em 1823, até 1977, ano do pacote de abril com que o ex-presidente Geisel amordaçou o Legislativo e sufocou a oposição parlamentar. Ele recordou o fechamento do Congresso em 1968, mas se esqueceu do recesso que lhe foi imposto em 1965 e que transformou a eleição presidencial em indireta por quase 25 anos e deixou a atividade congressual sob permanente ameaça de interrupção, portanto, sem liberdade, à mercê do regime.

Velhos parlamentares devem estranhar as recordações de Sarney, considerando-as uma espécie de catarata, pois, desde 1964, ele integrou o partido governista que respaldava as medidas de arbítrio contra o Congresso e o povo brasileiro. Antes assim. Ao con-

trário de alguns correligionários da fase de arbítrio, Sarney pareceu, talvez, querer mostrar que, no íntimo, cedeu à violência do regime, porém não concordou com ela. Ao falar do assunto, ele teria, pois, procurado alertar os brasileiros para que deixem de atacar sistematicamente o Congresso, sem o qual não há democracia.

Apesar das críticas que se fazem até hoje às relações por ele estabelecidas com o Congresso, ao tempo em que era chefe de governo, Sarney voltou a condenar a Constituição de 1988, insistindo em que tal obra deixara o Brasil ingovernável. Como conseguiu, então, com grande empenho, e mandato presidencial de cinco anos, tinha-se a impressão de que ele não mais conquistou, à época, porque não quis. A menção à ingovernabilidade justificaria o que não realizou, quando presidente, ou seria um **mea culpa** por haver intervenido na Constituinte, deixando sua administração vulnerável à fisiologia política. O mesmo perigo ronda, portanto, o atual governo. Por isso, aliás, estranhou-se que Sarney se engajasse, como fez em seu discurso, a favor das reformas constitucionais pretendidas pelo governo Fernando Henrique e com as quais concorda pessoalmente. Ao agir desse modo, porém, ele abandonou a postura de magistrado, que deveria preservar no Congresso, em respeito às opiniões diferentes das suas. Criou, pois, um clima de suspeição, capaz de complicar o curso das reformas.